



Banco Alimentar  
contra a fome  
**Alimente esta ideia.**

# Anexo

**Período de 2021**



## Índice

Balanço.....	1
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	2
Demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais .....	3
Demonstração de fluxos de caixa .....	5
1. Identificação da Entidade.....	6
1.1. Designação da entidade.....	6
1.2. Sede .....	6
1.3. Natureza da atividade .....	6
1.4. Período de reporte.....	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	6
2.1. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade .....	7
2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior .....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	7
3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras .....	13
3.3. Principais fontes de incerteza.....	14
3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro.....	14
4. Caixa e Depósitos Bancários.....	15
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	15
6. Ativos Intangíveis .....	16
7. Inventários.....	17
8. Rédito .....	17
9. Subsídios, doações e legados à exploração.....	17
10. Benefícios dos empregados .....	18
11. Outras Informações.....	18
11.1. Fundos Patrimoniais .....	18
11.2. Créditos a receber .....	19



---

AREA – Associação de Recolha de Excedentes Alimentares

Praça da Faculdade de Filosofia, n.º 16 | 4710-297 - Braga

NIF: 509151175

# Balanço

Entidade: AREA - Associação de Recolha de Excedentes Alimentares

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

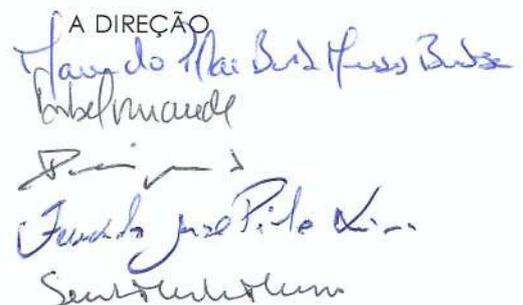
EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	222.650,81	211.735,98
Investimentos financeiros	11.11	475,30	278,69
		<b>223.126,11</b>	<b>212.014,67</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	141.593,56	87.177,89
Créditos a receber	11.2	12.183,50	11.212,55
Estado e outros entes públicos	11.4	2.398,80	11.341,70
Diferimentos	11.6	228,63	332,28
Caixa e depósitos bancários	4	350.438,17	233.920,63
		506.842,66	343.985,05
<b>Total do ativo</b>		<b>729.968,77</b>	<b>555.999,72</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	12	3.100,00	3.100,00
Reservas	12	38.462,50	38.462,50
Resultados transitados	12	433.664,74	371.581,84
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	12	38.843,66	38.843,66
		514.070,90	451.988,00
Resultado líquido do período		<b>159.843,99</b>	<b>62.082,90</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>673.914,89</b>	<b>514.070,90</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	7.011,10	5.503,60
Estado e outros entes públicos	16	1.151,49	591,85
Diferimentos	11.6	1.078,75	
Outras passivos correntes	11.5	46.812,54	35.833,37
		<b>56.053,88</b>	<b>41.928,82</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>56.053,88</b>	<b>41.928,82</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>729.968,77</b>	<b>555.999,72</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



# Demonstração dos Resultados por Naturezas

Entidade: AREA - Associação de Recolha de Excedentes Alimentares

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	8	648,00	972,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9	3.898.124,97	2.961.556,22
Fornecimentos e serviços externos	11.7	-57.803,54	-96.968,81
Gastos com o pessoal	10	-47.328,64	-26.578,41
Outros rendimentos	11.9	566,90	4.571,22
Outros gastos	7; 11.8	-3.613.568,15	-2.767.248,17
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>180.639,54</b>	<b>76.304,05</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6	-20.851,36	-14.333,54
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>159.788,18</b>	<b>61.970,51</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11.10	55,81	112,39
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>159.843,99</b>	<b>62.082,90</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>159.843,99</b>	<b>62.082,90</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Para o Sr. Rui Barros  
 Rui Barros  
 Presidente  
 Fundação Associação de Recolha de Excedentes Alimentares  
 Secretariado

## Demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais

Entidade: **AREA - Associação de Recolha de Excedentes Alimentares**  
 Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2021

Unidade monetária (Euro)

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos detentores do capital da entidade-mãe						Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	3.100,00	0,00	38.462,50	371.581,84	0,00	38.843,66	62.082,90	514.070,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0,00	0,00	0,00	62.082,90	0,00	0,00	-62.082,90	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							159.843,99	159.843,99
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							97.761,09	159.843,99
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	3.100,00	0,00	38.462,50	433.664,74	0,00	38.843,66	159.843,99	673.914,89

O contabilista certificado



A direção




Anexo em 31 de dezembro de 2021

**Entidade: AREA - Associação de Recolha de Excedentes Alimentares**

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

Descrição	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos detentores do capital da entidade-mãe								Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6		3.100,00	0,00	38.462,50	363.145,34	0,00	38.843,66	8.436,50	451.988,00	451.988,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	0,00	0,00	0,00	8.436,50	0,00	0,00	-8.436,50	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							62.082,90	62.082,90	62.082,90
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							53.646,40	62.082,90	62.082,90
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
11=6+7+8+10		3.100,00	0,00	38.462,50	371.581,84	0,00	38.843,66	62.082,90	514.070,90	514.070,90

O contabilista certificado



A direção

*Flávio do Vale Silva Fernandes Brito*  
*Imeld Viraude*

*Paulo José Pineda*  
*Sérgio Ventura*

## Demonstração de fluxos de caixa

Entidade: AREA - Associação de Recolha de Excedentes Alimentares

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

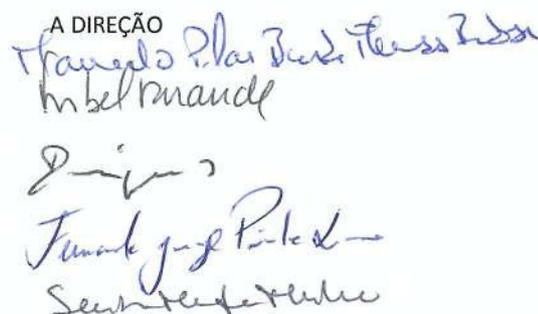
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes E UTENTES			
Pagamentos a fornecedores		(55.108,60)	(174.422,79)
Pagamentos ao pessoal		(46.544,70)	(26.578,41)
Caixa gerada pelas operações		(101.653,30)	(200.029,20)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(14,15)	(28,10)
Outros recebimentos/pagamentos		189.911,84	297.088,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		88.244,39	96.059,67
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(54.056,25)	(204.379,46)
Investimentos financeiros		(196,61)	(272,65)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		55,81	112,42
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(54.197,05)	(204.539,69)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		82.470,23	100.522,63
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(0,03)	(0,03)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		82.470,20	100.522,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		116.517,54	(7.957,42)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		233.920,63	241.878,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		350.438,17	233.920,63

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

#### 1.1. Designação da entidade

AREA – Associação de Recolha de Excedentes Alimentares

#### 1.2. Sede

Praça da Faculdade de Filosofia, n.º 16 | 4710-297 - Braga

#### 1.3. Natureza da atividade

A entidade com o contribuinte n.º 509151175, apresenta o CAE 94995 (revisão 3) – Outras Atividades Associativas, n. e., e tem 3.100,00 € de fundos patrimoniais, tendo sido constituída por escritura pública no dia 10 de abril de 2008, e registada como IPSS n.º 72/09, em 31 de julho de 2009.

#### 1.4. Período de reporte

As demonstrações financeiras em causa reportam-se ao período de 2021.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de contas)
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos das demonstrações financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo);

**2.1. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade**

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

**2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

**3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais e menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo registadas na demonstração de resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição

Handwritten notes in blue ink: "B", "7", and "D" with various scribbles.

reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período para período, numa base de duodécimos.

Cada parte de um bem do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do bem é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e Ganhos" ou "Outros gastos e Perdas".

#### c) Imparidade de ativos

A Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis /amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação, no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização /depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

*Sentença*  
8  
[Handwritten signatures and initials]

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

#### d) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Nas operações de *Leaseback*, as mais-valias resultantes são diferidas pelo período do contrato e reconhecidas anualmente na rubrica "Outros rendimentos". No caso de a operação gerar uma menos valia, esta é reconhecida na totalidade em gastos na rubrica "Outros gastos".

#### e) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração de resultados como "Imparidade de inventários

Sentença  
9  
D

(perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos relativos ao inventário são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- o Alterações no risco segurado;

- o Alterações na taxa de câmbio;

- o Entrada em incumprimento de uma das partes; nas Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

- Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

**Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

**Clientes e outras contas a Receber**

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro

efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

### **Outros ativos e passivos correntes**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade. À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão. Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal

#### **g) Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

#### **h) Fundos patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **i) Rédito**

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos, e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

j) Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

k) Imposto sobre o rendimento do período

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

*Handwritten signatures and initials:*  
Santos  
J. B.  
[Other illegible signatures]

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

m) **Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

**3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL, o Órgão de Gestão da Entidade utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 incluem:

- Vidas úteis dos ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### 3.3. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Nos primeiros meses de 2020 verificou-se a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção da população com o novo coronavírus, designado de Covid-19, tendo sido decretado pela OMS, no mês de março de 2020, o estado de pandemia mundial. Esta situação mantém-se ainda em 2022, não havendo ainda qualquer perspetiva de mitigação dos efeitos da mesma. Em Portugal, em resposta a esta situação e tendo em vista o controlo da propagação do vírus, o Governo e as Autoridades de Saúde têm vindo a implementar um conjunto de iniciativas de cariz extraordinário, com implicações diretas e relevantes na população e no tecido empresarial.

A Direção do Banco Alimentar está a acompanhar atentamente o desenvolvimento da situação, predispondo-se a tomar as necessárias medidas, por forma a garantir a continuidade do projeto.

É intenção da Direção proceder, com base da melhor informação disponível à data, a uma adequada avaliação dos impactos decorrentes da pandemia, quer do ponto de vista económico-financeiro, quer operacional, bem como das condições de evolução futura da atividade. Empenhar-nos-emos em implementar todas as medidas que minimizem os danos que possam advir para a entidade, colaboradores e todos os agentes económicos com quem se relaciona.

#### 4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	Débitos	Créditos	2021
Caixa	1.869,87	9.550,52	12.965,45	2.068,42
Depósitos à ordem	176.240,91	402.834,50	286.557,37	292.518,04
Depósitos a prazo	55.809,85	55.851,71	55.809,85	55.851,71
<b>Total</b>	<b>233.920,63</b>	<b>468.236,73</b>	<b>355.332,67</b>	<b>350.438,17</b>

#### Comparativo

Descrição	2019	Débitos	Créditos	2020
Caixa	13,49	11.406,90	9.550,52	1.869,87
Depósitos à ordem	186.139,52	462.970,75	472.869,36	176.240,91
Depósitos a prazo	55.725,00	111.577,87	111.493,02	55.809,85
<b>Total</b>	<b>241.878,01</b>	<b>585.955,52</b>	<b>593.912,90</b>	<b>233.920,63</b>

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	38.951,50				38.951,50
Edifícios e outras construções	56.484,31	-	-	134.076,00	190.560,31
Equipamento básico	112.927,38	3.802,15			116.729,53
Equipamento de transporte	7.649,47	-			7.649,47
Activos Fixos Tangíveis em Curso	106.111,96	27.964,04	-	(134.076,00)	-
<b>Total</b>	<b>322.124,62</b>	<b>31.766,19</b>	-	-	<b>353.890,81</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	17.783,21	9.528,02			27.311,23
Equipamento básico	84.955,96	11.323,34			96.279,30
Equipamento de transporte	7.649,47		-		7.649,47
<b>Total</b>	<b>110.388,64</b>	<b>20.851,36</b>	-	-	<b>131.240,00</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>211.735,98</b>				<b>222.650,81</b>

#### Comparativo

## 31 de Dezembro de 2020

	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	38.951,50				38.951,50
Edifícios e outras construções	56.484,31	-			56.484,31
Equipamento básico	102.797,56	10.129,82			112.927,38
Equipamento de transporte	7.649,47	-			7.649,47
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-	106.111,96			106.111,96
<b>Total</b>	<b>205.882,84</b>	<b>116.241,78</b>	-	-	<b>322.124,62</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	14.958,99	2.824,22			17.783,21
Equipamento básico	73.446,64	11.509,32			84.955,96
Equipamento de transporte	7.649,48	(0,01)	-		7.649,47
<b>Total</b>	<b>96.055,11</b>	<b>14.333,53</b>	-	-	<b>110.388,64</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>109.827,73</b>				<b>211.735,98</b>

Os movimentos ocorridos em 2020 e 2021 relativos a ativos fixos tangíveis em curso, relacionam-se com as obras decorridas no edifício.

## 6. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

## 31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>				
Programas de Computador	5.403,02	-	-	5.403,02
Propriedade Industrial	55,35	-	-	55,35
<b>Total</b>	<b>5.458,37</b>	-	-	<b>5.458,37</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de Computador	5.403,02	-		5.403,02
Propriedade Industrial	55,35	-		55,35
<b>Total</b>	<b>5.458,37</b>	-	-	<b>5.458,37</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## Comparativo

31 de Dezembro de 2020				
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2020
<b>Custo</b>				
Programas de Computador	5.403,02	-	-	5.403,02
Propriedade Industrial	55,35	-	-	55,35
<b>Total</b>	<b>5.458,37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.458,37</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Programas de Computador	5.403,02	-		5.403,02
Propriedade Industrial	55,35	-		55,35
<b>Total</b>	<b>5.458,37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.458,37</b>

## 7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2021	2020
Existência inicial	87.177,89	157.754,52
Compras	23.951,24	138.820,88
Donativos	3.642.528,73	2.557.222,01
Reclassificações e regularizações	(3.612.064,30)	(2.766.619,52)
Existência final	141.593,56	87.177,89

## 8. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	-	-
Prestação de Serviços (quotas)	648,00	972,00
Juros	55,81	112,42
<b>Total</b>	<b>703,81</b>	<b>1.084,42</b>

## 9. Subsídios, doações e legados à exploração

Para os períodos de 2020 e 2021, foram reconhecidos os seguintes Subsídios e apoios:

Descrição	2021	2020
<b>Subsídios do EOEP</b>	<b>143.421,21</b>	<b>156.236,11</b>
Apoios dos Municípios	-	54.745,29
Subsídios da S. Social - POAPMC	95.000,01	15.900,81
Subsídios da S. Social - FEAC	39.284,44	84.383,28
Subsídios do IEFP	9.136,76	1.206,73
<b>Doações e heranças</b>	<b>3.754.703,76</b>	<b>2.805.320,11</b>
<b>Total de subsídios à exploração</b>	<b>3.898.124,97</b>	<b>2.961.556,22</b>

Detalhe das doações:

Doações e heranças	2021	2020
Donativos em dinheiro	50.952,56	83.959,85
Consignação de IRS/IVA	20.217,67	7.412,78
Injunções judiciais	11.300,00	9.150,00
Donativos em espécie	3.672.233,53	2.704.797,48
<b>Total</b>	<b>3.754.703,76</b>	<b>2.805.320,11</b>

## 10. Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	41.637,31	22.800,02
Encargos sobre as Remunerações	4.648,69	2.725,08
Outros Gastos com o Pessoal	1.042,64	1.053,31
<b>Total</b>	<b>47.328,64</b>	<b>26.578,41</b>

O incremento dos custos com o pessoal é devido ao aumento de 2 colaboradores admitidos no âmbito da medida MAREESS.

## 11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1. Fundos Patrimoniais

Ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	3.100,00	-	-	3.100,00
Reservas	38.462,50	-	-	38.462,50
Resultados transitados	371.581,84	62.082,90		433.664,74
Outras variações no capital próprio	38.843,66	-	-	38.843,66
<b>Total</b>	<b>451.988,00</b>	<b>62.082,90</b>	<b>-</b>	<b>514.070,90</b>

Comparativo:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	3.100,00	-	-	3.100,00
Reservas	38.462,50	-	-	38.462,50
Resultados transitados	363.145,34	8.436,50		371.581,84
Outras variações no capital próprio	38.843,66	-	-	38.843,66
<b>Total</b>	<b>443.551,50</b>	<b>8.436,50</b>	<b>-</b>	<b>451.988,00</b>

Quer em 2021, quer em 2020, a variação respeita somente à distribuição do resultado líquido do período anterior.

## 11.2. Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	600,00	600,00
Outros devedores	11.583,50	10.612,55
<b>Total</b>	<b>12.183,50</b>	<b>11.212,55</b>

## 11.3. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
FORNECEDORES C/C	7.011,10	5.503,60
<b>Total</b>	<b>7.011,10</b>	<b>5.503,60</b>

## 11.4. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	13,95	28,10
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.384,85	11.313,60
<b>Total</b>	<b>2.398,80</b>	<b>11.341,70</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	186,00	96,00
Segurança Social	946,65	478,23
Outros Impostos e Taxas	18,84	17,62
<b>Total</b>	<b>1.151,49</b>	<b>591,85</b>

Quer em 2021, quer em 2020, o valor do IVA corresponde ao valor do imposto suportado na aquisição de imobilizado do qual foi solicitada a sua restituição à AT.

### 11.5. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outros Passivos Correntes*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>		225,52		-
<i>Remunerações a pagar</i>		225,52		-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		-		22.290,06
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		5.628,73		4.422,70
<b>Outros credores</b>		40.958,29		9.120,61
<b>Total</b>	-	<b>46.812,54</b>	-	<b>35.833,37</b>

### 11.6. Diferimentos

A rubrica de “*Diferimentos*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a reconhecer</b>		
RENDAS	207,57	-
OUTROS GASTOS DIFERIDOS	21,06	332,28
<b>Total</b>	<b>228,63</b>	<b>332,28</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
OUTROS PROVEITOS DIFERIDOS	1.078,75	-
<b>Total</b>	<b>1.078,75</b>	-

### 11.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
<b>Subcontratos</b>	-	<b>52.643,16</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>6.225,10</b>	<b>3.873,46</b>
Trabalhos especializados	818,98	1.318,89
Vigilância e Segurança	129,18	108,91
Conservação e reparação	4.957,05	2.238,79
Serviços Bancários	319,89	206,87
<b>Materiais</b>	<b>1.707,00</b>	<b>1.711,02</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	112,94	-
Material de escritório	611,83	880,72
Material de embalagem	982,23	830,30
<b>Energia e fluidos</b>	<b>18.394,94</b>	<b>3.513,94</b>
Eletricidade	10.502,20	1.814,00
Combustíveis	7.687,76	1.354,46
Água	-	252,85
Outros	327,22	92,63
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>16,30</b>	<b>20.192,79</b>
Deslocações e estadas	16,30	3,50
Transportes de mercadorias	-	20.189,29
<b>Serviços diversos</b>	<b>31.460,20</b>	<b>15.034,44</b>
Rendas e alugueres	29.986,57	13.723,75
Comunicação	1.173,48	1.191,16
Contencioso e notariado	-	50,00
Despesas de representação	-	47,60
Limpeza, Higiene e Conforto	300,15	21,93
<b>Total</b>	<b>57.803,54</b>	<b>96.968,81</b>

### 11.8. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	101,49	90,31
Perdas em inventários	-	-
Outros Gastos e Perdas	3.613.466,66	2.767.157,86
<i>Outros gastos</i>	24.238,60	408,46
<i>Donativos a terceiros</i>	3.589.228,06	2.766.749,40
<b>Total</b>	<b>3.613.568,15</b>	<b>2.767.248,17</b>

Recorde-se que o valor de donativos a terceiros corresponde ao valor do apuramento do custo das mercadorias.

### 11.9. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,01
Ganhos em inventários	-	129,88
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	6,04
Outros rendimentos e ganhos	566,90	4.435,29
<b>Total</b>	<b>566,90</b>	<b>4.571,22</b>

### 11.10. Resultados financeiros

As rubricas de juros e rendimentos obtidos/juros e gastos suportados encontram-se divididas da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-	0,03
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>0,03</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	55,81	112,42
<b>Total</b>	<b>55,81</b>	<b>112,42</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>55,81</b>	<b>112,39</b>

### 11.11. Investimentos financeiros

Os saldos de investimentos financeiros em 2021 e 2020 foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>475,30</b>	<b>278,69</b>
Fundo de Compensação	475,30	278,69
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>		
<b>Total</b>	<b>475,30</b>	<b>278,69</b>

*Santos*  
*[Handwritten signatures]*

## 11.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

No início do ano de 2020, foi reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção da população com o novo coronavírus, designado de Covid-19, tendo sido decretado pela OMS, no mês de março de 2020, o estado de pandemia mundial. Esta situação mantém-se ainda em 2022, com algumas perspetivas de melhoria da situação. Em Portugal, em resposta à pandemia, e tendo em vista o controlo da propagação do vírus, o Governo e as Autoridades de Saúde têm vindo a implementar um conjunto de iniciativas de cariz extraordinário, com implicações diretas e relevantes na população e no tecido empresarial.

Os efeitos desta pandemia em pouco se fizeram sentir na atividade do Banco Alimentar. Contudo a Direção continua a acompanhar de forma atenta os desenvolvimentos desta situação, a qual, dada a sua natureza, tem inerente um elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos.

É nossa intenção proceder continuamente, com base na melhor informação disponível à data, a uma adequada avaliação dos impactos (diretos e indiretos) decorrentes desta pandemia, quer do ponto de vista económico-financeiro, quer do ponto de vista operacional e das condições de evolução futura da atividade. Estamos também empenhados em implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar os danos que daqui possam advir para a entidade, para os seus colaboradores e para todos os agentes económicos com quem se relaciona.

Da análise efetuada, concluímos e reafirmamos enquanto órgão de gestão que, apesar dos impactos decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção, em 11 de março de 2022.

## 12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Braga, 11 de março de 2022

*Embelvaudl*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* 21522 *[initials]*



*[Handwritten signature]* *[initials]*

